

Juliano George Basso

Produtor do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros

“A ideia do nosso trabalho é fazer com que o mundo moderno não acabe com o tradicional, que ele possa ser inserido e a gente componha, assim, uma nação Brasil.”

Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 30 de maio de 2010, em São Paulo.

Juliano George Basso

Em um rincão central do Brasil, no estado de Goiás, o produtor cultural Juliano George Basso trabalha com a preservação da memória brasileira. Ele é o coordenador do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, que promove atividades inclusivas com indígenas, quilombolas e populares. Cientista social por formação, organizou o primeiro encontro em 2001. Nele surge uma aldeia multiétnica, shows musicais caipiras, peças de teatro e até manifestações regionais de outras regiões brasileiras. “A cada ano a gente traz mais coisas relacionadas à cultura.”

Juliano George também é produtor do documentário *Pep Cahoc* (2007), sobre o rito de iniciação indígena do povo Krahô, e do álbum *Chapada dos Veadeiros*, com músicos dos grupos da região. Coordena o projeto de Registro de Patrimônio Imaterial da Caçada da Rainha, financiado pelo Iphan. É presidente eleito da Associação Comunitária de São Jorge (Asjor). “Na região, já existia a priorização sobre flora e fauna. Então, trouxemos a ideia de pegar o aspecto humano, conhecer mais a cultura e integrá-la ao ecoturismo.”

Basso aposta que a cultura digital pode ser um campo bastante oportuno na contribuição para a preservação dos legados indígenas. Em 2006, quando a internet chegou ao pequeno distrito goiano de São Jorge, não havia cabo nem telefone. O cenário, hoje, surpreende. “Praticamente todas as pessoas do povoado já não são analfabetas digitais”, diz Basso, considerando que a web, por envolver imagem e som, propicia um aprendizado mais simples do que a complexidade do escrever. Também para os índios, a globalização é real.

Como é morar na vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros, com a cultura de lá, a questão ambiental e o passado do garimpo?

É muito bom morar na Chapada dos Veadeiros, porque é um lugar de natureza exuberante, muito bonito. São Jorge vem da cultura do garimpo de quartzo, que teve vários picos ao longo do tempo. Em 1912, houve os primeiros achados de quartzo. Depois, outro pico aconteceu na Segunda Guerra Mundial, em 1942, quando acharam outra jazida grande. Garimpeiros de vários lugares do país foram para lá. Então, na vila de São Jorge, diferente da maior parte da região da Chapada dos Veadeiros, a especificidade é o garimpo de cristal de rocha. No restante da chapada, o garimpo mais comum era o ouro, com uma exploração mais antiga, do século 18. Havia ali o arraial de São Félix, que foi a segunda Casa de Fundação do estado de Goiás, onde se arrecadava a tributação sobre a mineração. Todo ouro encontrado ia para São Félix, uma cidade muito importante na região. Várias coisas dessa época tiveram uma reverberação na cultura. São Jorge teve uma ocupação mais tardia que o ciclo

do ouro. A partir de 1912, os migrantes da Bahia e de Minas Gerais foram a São Jorge garimpar o cristal de rocha. Foi uma exploração precária, havia dificuldades econômicas, as pessoas não tinham muito acesso a nada, viviam ali de uma maneira muito difícil. Vale lembrar também que essa área, na época da construção de Brasília, foi delimitada pelo presidente Juscelino Kubitschek para a criação do Parque Nacional do Tocantins, com 625 mil hectares. Mas o governo não conseguiu fechar esse parque. No final da década de 80, começaram a fechar o parque com uma área de 10% do que era no original. Essa área se tornou o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Quando houve a decadência do garimpo, só algumas famílias permaneceram. Começava a ideia do ecoturismo, com alguns projetos voltados à preservação da natureza, do meio ambiente, da flora, da fauna. A organização não governamental WWF fez um trabalho grande lá chamado Projeto Veadeiros, ajudando a formar associações. Foi nessa época que cheguei para morar lá. Depois, passei muito tempo fora do Brasil, morei e estudei na Espanha, fui para a Índia, para a África. Quando voltei ao Brasil, fui morar em São Jorge. Em 1997, fizemos a fundação da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge. Na época, havia toda essa priorização sobre flora e fauna. Nós, então, trouxemos a ideia de pegar o aspecto humano, as pessoas que viviam na região, conhecer um pouco mais da cultura, e integrar o desenvolvimento do ecoturismo.

Existiam manifestações culturais ativas ou vocês tiveram que fazer um trabalho de recuperação?

Todas estavam muito vivas, embora não estivessem adaptadas a esse novo momento do turismo. As pessoas tinham a vivacidade da cultura nas suas comunidades. Isso ainda é vivo com as festas tradicionais, mantidas pelas pessoas mais velhas, mas com dificuldade de repassar aos mais novos. Nesse trabalho, pensamos em registrar as manifestações como patrimônio imaterial. Ainda mais porque, em 2000, foi publicado o decreto sobre bens de natureza imaterial [*Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*]. Ao mesmo tempo, começamos a realizar o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros para mostrar para as pessoas o que tinha na região e fazer com que elas também pudessem conhecer umas às outras. As comunidades eram muito isoladas. Uma riqueza muito grande de lá é a comunidade do Sítio Histórico Kalunga, uma comunidade quilombola de cerca de 250 mil hectares. Essa comunidade mantém uma cultura tradicional com resquícios da África. Mas não só isso. Próximo dali existe a cidade de Colinas do Sul, com a festa da Caçada da Rainha, um

auto medieval que já conseguimos incluir no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Também existem várias folias de santos, a festa da Susa – dançada pelos kalungas –, o Congo de Niquelândia, que é um congo de penacho, que já foi descrito pelo naturalista austríaco Emanuel Pohl, quando passou por lá no século 19. Tudo pertence à cultura tradicional viva e antiga, uma manutenção de fé religiosa. A gente trouxe essa ideia de abrir um pouco a lente e olhar para essas culturas com o objetivo de entender, pesquisar e tentar repassar aos mais jovens.

E como surgiu o Encontro de Culturas Tradicionais?

Começamos fazendo o Festival de Cultura de São Jorge, em 1998, logo após a fundação da Casa de Cultura. Trouxemos coisas de Goiânia, mais voltadas ao teatro, juntando com os grupos dali. A segunda edição aconteceu em 1999. No ano seguinte, foi publicado o decreto sobre o patrimônio imaterial, então, junto com o Ministério da Cultura, discutimos a necessidade de fazer uma coisa mais específica aos povos da região. Aí o evento começou a se chamar Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, que aconteceu em julho de 2001. Nesse começo, trouxemos os grupos da região para a Casa de Cultura. Montamos um palquinho do lado de fora. Trouxemos coisas de fora que dialogavam com a cultura dali, como a música caipira. A cultura lá tem muito a ver com as rádios AMs, que pegam nas roças. Levamos a dupla Zé Mulato e Cassiano, dois músicos bem caipiras, e outras coisas mais modernas, como o grupo pernambucano Cordel do Fogo Encantado. Foi um evento bastante importante. No segundo ano, a gente começou a misturar mais um pouco as coisas. Trouxemos os kalungas, os Krahô, do Tocantins, e o percussionista Naná Vasconcelos, que fez uma oficina misturando isso tudo. A partir daí, começou-se a fixar o encontro. Em 2003, com a mudança política no país, a vontade de apoiar essas manifestações foi maior. A gente conseguiu um patrocínio com a Petrobras – foi o começo da política que ela vinha fazendo na linha de patrimônio imaterial – que fez o encontro crescer um pouco mais. Levamos vários grupos do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, de Chapada Gaúcha (MG), para trocar conhecimentos com os grupos da região. No final, a gente fez uma grande mistura de música com o Hermeto Pascoal. Foi nesse ano que conseguimos fazer uma boa divulgação, inclusive com reportagem no *Jornal Nacional*. A partir daí, com todas essas coisas, com o patrocínio da Petrobras, a coisa pegou. A cada ano a gente foi trazendo mais coisas relacionadas à cultura. Levamos Tião Carvalho, Siba, Carlos Malta, Roberto Corrêa, pessoas que têm interesse nas culturas tradicionais. São pesquisadores que fizeram oficinas e debates.

Além de músicos, você vê interesse de outras áreas da cultura, como cinema, artes plásticas e teatro em relação a essas culturas tradicionais?

Em 2007, por exemplo, a gente conseguiu levar um pesquisador do Congo, que é professor na Universidade Estadual de Kent, nos Estados Unidos, um etnográfico que se chama Kazadi wa Mukuna. Ele escreveu um livro sobre a influência banto na música popular brasileira. Isso foi como um tema, e a gente conseguiu trazer grupos que estão dentro desse universo, como as romarias da Nossa Senhora do Rosário, as congadas de Minas. Também conseguimos levar os maracatus, coisas que se misturaram por lá. A partir de 2004, criamos as rodas de prosa para discutir vários assuntos, como o patrimônio imaterial e o conhecimento tradicional, sobretudo como isso pode ser resguardado e a quem pertence. Você não pode pegar, por exemplo, o patrimônio genético de comunidades indígenas, ou o patrimônio de conhecimento, sem antes ter autorizações, mesmo se for com um suposto benefício às comunidades.

É um grande desafio pensar o direito autoral coletivo para essas culturas, não?

É um problema, porque existe o coletivo, que é da comunidade, mas, ao mesmo tempo, há um indivíduo que representa. Essa discussão não é só nossa, envolve o mundo inteiro, e não há resoluções ainda firmes que façam com que se tenha uma lei que consiga abarcar tudo. É um assunto que ainda se discute, que não teve avanços até hoje. As leis internacionais também são completamente opostas a essa ideia de patentes coletivas. Temos avançado, mas não existe um momento perfeito. Procuramos trazer para dentro do encontro essas discussões desde que começou uma política pública chamada Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Há a participação de nove ministérios, liderados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Ministério do Meio Ambiente, tendo também 30 representantes da sociedade civil. Fazemos reuniões em São Jorge para discutir esses assuntos: qual a maneira de criar sustentabilidade para essas comunidades extrativistas, como vender seus produtos, como gerar renda. A ideia do programa Cultura Viva também é muito importante de ser discutida, porque tem dado muito certo e abrange o Brasil todo. E, além disso, começamos a pensar sobre a diversidade cultural a partir dos conceitos da Convenção da Unesco. A ideia é trazer grupos de outros países. Trouxemos grupos da Índia e da Colômbia. É uma maneira de abrir para as comunidades esse processo de globalização, ao mostrar que essa cultura tradicional, passada de pai para filho, também existe em outros lugares. A possibilidade de troca de experiên-

cias em relação a isso é outra discussão que promovemos no encontro.

Um desafio para a preservação das culturas tradicionais é a fixação delas, porque todas são mutáveis com o tempo e absorvem mudanças. Como vocês pensam isso?

A gente tem um projeto que vem funcionando muito nessa área, chamado Turma Que Faz. É uma ideia do nosso Ponto de Cultura para desenvolver os jovens da região. Esse projeto trabalha com as crianças de quatro anos até jovens de 22 anos. Não precisa ser a mesma manifestação, mas beber na raiz e transformá-la também é importante. Os jovens têm aula de viola, violão, aprendem a fazer animais do cerrado em argila e a criar tambores. No final, a gente faz uma ópera popular, que envolve os pais e os jovens. Também criamos com as mães a Cooperativa De Mãos Dadas para gerar atividades semelhantes aos filhos. Isso tudo feito em uma cultura de garimpo. Foi uma conquista, porque as pessoas do garimpo são muito fechadas, desconfiadas, têm um individualismo muito grande. Apesar disso, conseguimos levar os jovens de São Jorge a participarem do trabalho. Em Alto Paraíso (GO), por ser maior, a gente trabalha mais dentro das escolas, treinando os professores e fazendo com os alunos. Conseguimos esse projeto por meio do Fundo para Infância e Adolescência, junto com o conselho, com a prefeitura, além do patrocínio da Petrobras. Pagamos bolsas, todos que estudam recebem ajuda de R\$ 50 a R\$ 200. Fazemos a formação de jovens que, depois, vão ensinar nas creches. Já vai gerando emprego. Além disso, ainda concluímos uma cartilha sobre uso sustentável dos frutos do cerrado, com receitas e pinturas das crianças. Agora a gente está fazendo uma sobre o uso medicinal das plantas do cerrado. São produtos culturais com os quais a gente espera gerar sustentabilidade dos projetos. Com o ecoturismo, os visitantes da região podem assistir a um espetáculo, comprar um CD, ver os animais do cerrado feitos em argila. É a maneira que encontramos de sensibilizar os jovens, a partir de sua própria história. Aliás, valorizamos muito os mais velhos como mestres que ensinam. Conseguimos recuperar um pouco da memória deles, editando alguns livros sobre garimpo e sobre histórias fantásticas da Chapada dos Veadeiros. São pessoas analfabetas que foram entrevistadas e gravadas.

E a relação com os índios Krahô, que é muito próxima lá?

Tenho uma relação pessoal com os Krahô, que souberam manter sua cultura. Lá, ganhei nome, família, fiz parte de rituais junto com eles, criou-se uma amizade. Desde o começo do Encontro de Culturas Tradicionais, eles fo-

ram parceiros. Já fizemos até uma feira de sementes tradicionais. Por meio da agricultura, eles conseguiram recuperar seus mitos, suas festas, seus rituais, refazendo a agricultura antiga deles. Historicamente, o contato com os não-índios levou vários povos indígenas a perder o resguardo da semente e das roças tradicionais. Desde a introdução do arroz como elemento novo até o milho híbrido. Lá em Goiás, ainda existem essas sementes antigas. E isso proporcionou que os Krahô pudessem retomar aspectos culturais dos seus rituais. Eles possuem 250 anos de contato com o branco, são guerreiros que conseguiram preservar a sua cultura, ter a sua terra demarcada. São várias aldeias, uma cultura tradicional muito forte, cerca de 10 mil anos no cerrado brasileiro. Logo, possuem coisa demais para nos ensinar, sobretudo como mestres da região, do bioma e do relacionamento com a natureza. Os Krahô foram o primeiro povo indígena a participar do encontro. Depois, tivemos a ideia de montar uma aldeia multiétnica em uma pousada chamada Aldeia da Lua, próxima ao Vale da Lua, que é um lugar muito bonito na Chapada dos Veadeiros. Chamamos várias etnias: Desana, do Alto do Rio Negro; Kamaiurá, do Parque Indígena do Xingu; Xavante, do Mato Grosso; Kayapó, do Pará; Krahô, do Tocantins; Xerente, do Tocantins; e Fulni-ô, de Pernambuco. Chamamos sete lideranças e fundamos essa aldeia. Desde 2007, a gente faz essa aldeia multiétnica que dura uma semana. Tudo é voltado para a cultura indígena. Cada etnia toma conta de um dia das atividades, com seus rituais, com a sua culinária, com sua cultura, há filmes e oficinas. Há uma interação com os outros grupos indígenas. São parentes que nunca se encontraram. São possibilidades para uma união maior dos povos indígenas. Eles ficaram muito dispersos pelo país. A ideia é fazer uma união para o pensamento e para a política mais forte sobre os seus direitos como povos primários do Brasil.

Existiu um amadurecimento de políticas públicas para os povos tradicionais?

É o caminho que a gente vem buscando. Avançamos muito nesses últimos anos do Ministério da Cultura, mas sempre desejamos avançar mais. Antigamente, o assunto nem era pautado dentro da perspectiva política. Então, a gente começou a mostrar esse Brasil, que estava resguardado.

E a cultura digital dentro do contexto das comunidades? Você trabalha a cultura digital como uma rede de troca, como possibilidade de ampliação do encontro?

É a grande ponte que se faz. A cultura digital hoje me parece uma das ferramentas mais avançadas para inserir esses povos. São povos analfabetos que

já podem ser alfabetizados digitalmente. É diferente de escrever: é imagem, é som. É uma maneira diferente de fazer. Há uma ansiedade entre todos os povos tradicionais em participar desse processo. Os jovens querem participar para mostrar a cultura deles, como os Kayapó, que adoram filmar, olhar para eles mesmos, assistir à festa deles. A internet pode divulgar isso no mundo todo. É um mecanismo fantástico. Quando chegou a internet em São Jorge, em 2006, a gente não tinha cabo, nem telefone. Foi uma antena do Gesac [*programa de inclusão digital coordenado pelo Ministério das Comunicações*]. Isso facilitou enormemente a nossa vida, porque a gente já não precisava estar tanto fora, podia fazer produção de lá, agregar as pessoas. Praticamente todas as pessoas do povoado já não são mais analfabetas digitais. Ministramos cursos. Hoje, as pessoas fazem coisas que antes eram impensáveis.

Na Chapada dos Veadeiros, há um misticismo muito forte. Muita gente faz turismo ligado a isso. Como vocês lidam com essa questão?

O misticismo é uma herança forte dos povos indígenas, que são muito voltados ao mundo espiritual, às mitologias. Na chapada, muita gente trouxe o esoterismo. Muitos estudiosos dessa linha colocam que lá é um centro irradiador do mundo, pela fonte de cristal, pela posição geográfica, por toda essa coisa. Na cultura popular, isso tem um fundamento forte também. Existem muitas pessoas místicas lá, que desenvolvem a mistura de religiões e crenças. Muitas vezes são pessoas simples e analfabetas, mas com muitos ensinamentos. Em Natividade, por exemplo, a Dona Romana é uma negra que diz receber ensinamentos de três guias. Eles dizem a ela que aquele lugar, há milhões e milhões de anos, estava sendo preparado para os trabalhos dela. Para ir até os Krahô, sempre passo na área dela para conversarmos. Dona Romana tem um grande galpão, onde estoca água, sementes, agasalhos, livros. Ela diz que vai chegar um momento em que muitas pessoas vão procurar esse lugar, porque o eixo da Terra não está certo. Aquela região por si, com os povos tradicionais, já tinha essa mística. Algumas pessoas se aproveitaram disso para fazer um turismo místico, de cura e tal. Não se sabe até que ponto as pessoas são verdadeiras no que estão fazendo em relação a isso, mas estamos vivendo mudanças. Em 2012, por exemplo, termina o calendário maia, muitos pensam que pode haver uma grande mudança. São paradigmas da natureza também, o aquecimento global, todas essas coisas são reais. Não são mais coisas só dos pensamentos místicos, como antes. Existe uma mudança difícil de ser pensada hoje. O ser humano explora demais os recursos naturais, então o pensamento da sustentabilidade começa a entrar um pouco mais em voga agora.

E a questão do registro dessas manifestações tradicionais?

Existe por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) uma metodologia chamada Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). É uma boa metodologia, bem técnica, que serve para registrar em um livro os saberes da nação brasileira. Ali, estará todo o patrimônio imaterial: o modo de fazeres, de costumes, as festas e as celebrações. Esse registro é feito no Iphan e pode ser pedido também como Registro Cultural da Humanidade, por meio de uma documentação específica para a Unesco, como é o caso do Recôncavo Baiano, que foi feito rapidamente e com muita vontade do ministro Gilberto Gil. Ele viu a riqueza daquilo e registrou – não só nacionalmente, como internacionalmente.

O que é patrimônio imaterial? Quando você tomba algo que é imaterial, o que isso significa?

Esse verbo “tombar” não é muito bom. Na verdade, não existe um tombamento. Tombar é para patrimônio material. Para imaterial, é registrar. Registrar significa uma memória, porque se por acaso aquilo desaparecer, existirá uma memória sobre o que houve em determinada época. Mas a ideia não é essa. É que esse registro abra a possibilidade de olhar mais para determinado bem. De alguma forma isso toma uma valia nacional.

Qual o resultado concreto disso, para além do registro?

Como gestores e produtores culturais, podemos usar os mecanismos para investir nessas populações.

Você ganha a legalidade?

De certo modo, já existe a sua legalidade. É como se abríssemos uma lupa sobre aquela manifestação diante de um panorama nacional. Ela não está só, isolada naquele lugar. Quando você faz isso, você possibilita a geração de conhecimento para as escolas e para a humanidade também, dependendo do grau de valia disso, do peso de que se quer dar. Internacionalmente, quem decide isso é a Unesco. Mas quem vai fazer tudo isso são as políticas públicas, não é a sociedade civil organizada. A gente usa os mecanismos que as políticas públicas nos dão, tentando fazer com que eles ajudem a incentivar as culturas tradicionais. A gente fez isso com a Caçada da Rainha, um exemplo prático.

Como foi esse processo?

Quando começou o encontro de São Jorge, uma das ações era registrar o

patrimônio cultural da Chapada dos Veadeiros. Que mecanismos nos davam? O primeiro edital público do Iphan para o registro do patrimônio imaterial. Fomos aprovados – nove projetos no Brasil foram aprovados. Foram cerca de R\$ 70 mil para fazer isso.

O que leva o processo a ser difícil, certo?

Muito pouco, mas fizemos muitas parcerias, nos movimentamos para fazer um bom produto. Desde o começo conversamos com a comunidade sobre o significado disso. A gente falava que a nossa intenção era registrar esse patrimônio, acompanhar tudo, saber como as coisas são feitas, as histórias dos mais velhos, a memória. Duas dessas fontes já morreram, inclusive. Só por isso, esse registro já está válido, em ter a memória dessas pessoas que já faleceram. Elas eram como bibliotecas orais que a gente perderia se não tivesse esse conhecimento. É uma coisa difícil de ser entendida por uma comunidade por ser uma questão muito técnica. Na prática, apresentamos que todo esse processo resultaria em um livro, que estaria nas escolas e bibliotecas. A festa, que era uma festa na qual vinham só os mais velhos, começou a crescer com o encontro. Mais pessoas apareciam. Também fizemos um filme: *A Festa da Fé*, sobre como a Caçada da Rainha é feita, em um ato de fé. Enfocamos as folias, que são duas, que giram dez dias em toda roça montada a cavalo. Passamos nas casas, filmando esse aspecto um pouco escondido da festa. Todos se dedicam a um determinado santo e fazem promessas para obter alguma cura. A região se manteve muito nisso, por uma carência de hospital, de recursos. A fé serviu para curar muita gente, como se fosse um hospital da fé. Hoje, a Caçada da Rainha possui seu registro, seu filme, isso fez crescer a autoestima das pessoas. Houve um benefício interno, não um benefício de patrocínio. Mas dinheiro não depende da gente, e sim do poder público e da organização da comunidade de poder também fazer sua produção cultural. A festa em si tomou um corpo diferenciado, sobreviveu ao modernismo. Entrou nele e absorveu muitas coisas.

Para além do registro, têm crescido no Brasil inspirações das culturas tradicionais em outras criações artística. Você percebe isso no cinema, no teatro e na música?

É um movimento que começou com o Mário de Andrade, quando iniciamos o entendimento sobre o ser brasileiro. Somos uma grande mistura. Isso é muito importante na nossa formação. Todo mundo está pegando essa fonte: o cinema, a universidade, principalmente os estudantes. São Paulo mesmo teve

um *boom* da cultura popular. Vários grupos de maracatu surgiram. Antonio Nóbrega veio e também ajudou nesse fomento com o Instituto Brincante. É um movimento muito bom e que se torna cada vez mais forte.

Para encerrar, fale um pouco da questão do estado de Goiás, não só da Chapada. Qual a articulação de vocês com a cultura do estado de Goiás?

Goiás é um estado um pouco complicado, comandado por grupos ruralistas. Goiânia, como capital, absorve as pessoas do interior que vão estudar. É muito forte o movimento de rock em Goiânia, com vários festivais de rock independente – bons festivais. Quando a gente começou a fazer o encontro, havia uma dificuldade de fazê-lo com apoio do estado de Goiás. A nossa facilidade foi estar um pouco mais próximos a Brasília. Depois que o norte de Goiás se tornou Tocantins, a nossa região virou lá bem em cima no mapa, quase na divisa. A proximidade cultural é mais com Tocantins do que com o restante do estado de Goiás, apesar de haver coisas maravilhosas em Goiás, como as congadas de Catalão e as folias de reis espalhadas por todo o estado. Mas não existe uma política pública do estado para isso. A política sempre foi dentro da capital, e nada para o interior, com exceção de Pirenópolis e Goiás Velho. Há festas muito interessantes, como a Procissão do Fogaréu, mas se perdeu muito a cultura tradicional, dos tapuias, dos congos, por não haver políticas que sustentem isso. Pirenópolis, que também foi um grande centro turístico, tem a Festa do Divino e as Cavalhadas. Em todo lugarzinho do interior de Goiás, há comunidades quilombolas pequenas e festas tradicionais. Mas como quem faz a política está na capital – quem vai para a capital são os filhos de quem tem um pouco mais de dinheiro, que vão para estudar – geralmente o interior acaba um pouco abandonado. Não existe um pensamento muito forte dentro do estado sobre as cultura populares, a não ser aquele pensamento antigo, folclórico, de querer manter a cultura lá sem ver que ela se transforma. A gente sabe que cultura é dinâmica, sempre se movimenta. O registro vem também para resguardar aquele momento. A ideia do nosso trabalho é fazer com que o mundo moderno não acabe com o tradicional, que ele possa ser inserido e que a gente componha, assim, uma nação no Brasil. O nosso pensamento é de uma metodologia única e brasileira. Nossos fundamentos e mitos são fortes aqui. Não precisamos importar fundamentos de outros lugares, podemos gerá-los nós mesmos. Estamos nesse processo.

Para assistir essa entrevista em vídeo:

<http://www.producaocultural.org.br/slider/juliano-george-basso/>